

# **ARTIGOS**

## HETEROGENEIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA FEMININA: O QUE MUDOU NO PERÍODO RECENTE?

---

**Moema de Castro Guedes**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

E-mail: mogueudes@yahoo.com.br

**Resumo:** O período recente da história do Brasil foi marcado pela diferenciação interna no contingente de trabalhadoras mulheres. A literatura sobre gênero e mercado de trabalho destaca um processo de bipolarização do emprego feminino, caracterizado de um lado pela expansão do contingente de trabalhadoras executivas e com nível universitário (postos mais valorizados do mercado) e por outro pela tendência de manutenção de um grande percentual de mulheres assalariadas em setores tradicionalmente femininos, como as empregadas domésticas. Essa tendência de diversificação dos tipos de ocupações femininas fez com que uma parcela significativa de pesquisas neste campo privilegiasse um olhar segmentado, centrado em grupos específicos. Isso reflete a percepção de que as dinâmicas em questão não poderiam ser compreendidas a partir de perspectivas generalizantes, que enxergassem as mulheres como um grupo homogêneo no mercado de trabalho. Por um lado, isso representou um ganho analítico, pois permitiu a sofisticação de análises sobre a evolução das desigualdades entre homens e mulheres através da comparação de grupos semelhantes, ou seja, comparáveis entre si. Por outro lado, no entanto, o olhar segmentado perde de vista as diferenciações entre mulheres e os processos sociais que se produzem a partir disso. O presente trabalho pretende dialogar com ambas as perspectivas, no sentido tanto de resgatar os principais elementos de diferenciação interna da mão de obra feminina, quanto pensar as desigualdades de gênero que ainda constroem as mulheres no mundo do trabalho e fazem com que os melhores postos sejam ocupados majoritariamente por homens. Para tanto, do ponto de vista metodológico, trazemos algumas evidências analisadas a partir de diversas variáveis dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

**Palavras-Chave:** Mercado de Trabalho; Gênero; Desigualdades.

**Abstract:** Brazil's recent history was marked by the internal differentiation in working women contingent. Literature about gender and labor market highlights a bipolarization process on female work, characterized in one hand by the expansion of executive workers with university degrees (most valued jobs) and in the other hand by the tendency of permanence of a high percent

of salaried women on traditionally female sectors as maids. The diversification tendency on female occupation led a relevant part of research on this field to privilege a segmented look, focused on specific groups. This reflects the perception that the dynamics in question would not be understood through generalized perspectives, which view women as a homogenous group on labor market. By one hand it represented an analytical gain because allowed the sophistication of analysis about the evolution of men and women disparities through the comparison of similar groups, in other words, truly comparable. By other, however, the segmented look do not allow seeing the differentiations among women and the social processes which are generated from them. The present work intends to dialogue with both perspectives, trying to rescue the most important elements of internal differentiation on women workforce, but reflecting too about the gender inequalities that still constraining women on the labor market and making the most valued jobs still been predominantly dominated by men. To reach the objectives, some evidences elaborated with various information of the 2000 and 2010 Brazilian Demographic Census (IBGE) are brought.

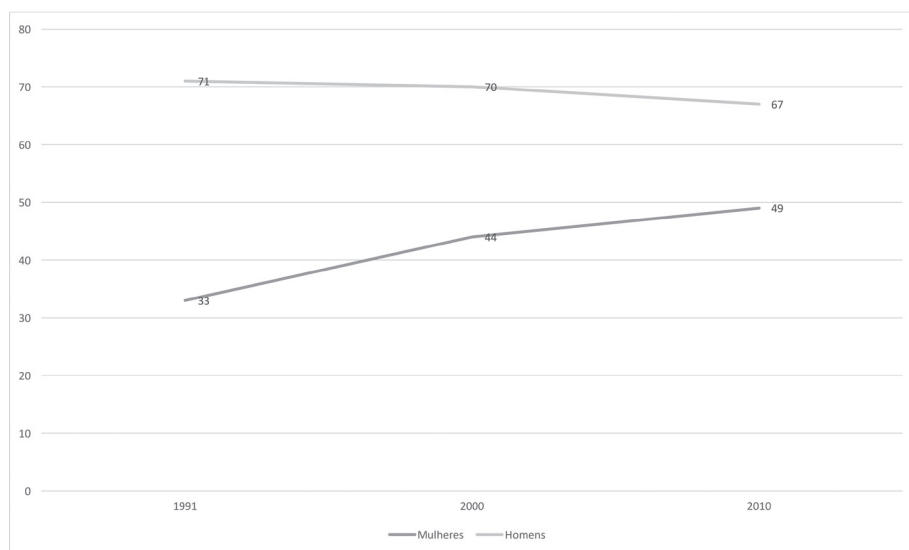
**Keywords:** Labor market; Gender; Inequalities.

## Análises e tendências sobre o processo de heterogeneização da mão de obra feminina

Autores como Hirata (2010) aprofundam a análise sobre o processo de heterogeneização do contingente de mulheres trabalhadoras sugerindo um olhar sobre as consequências políticas da bipolarização recente. O fato de uma pequena elite mais escolarizada avançar de forma concomitante à manutenção da maioria de trabalhadoras em postos tipicamente femininos representaria, nos termos da autora, um aumento das desigualdades sociais e um antagonismo no interior do grupo social das mulheres.

No que tange à taxa de participação feminina no mercado de trabalho, é interessante perceber que se mantém a tendência assistida nas décadas anteriores de crescimento, mas em um ritmo mais lento que o anteriormente observado. O aumento de 5% entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, como mostra o gráfico 1, a seguir, contrasta com a queda no patamar ainda bem mais alto de participação laboral masculina (de 70% para 67%).

**GRÁFICO 1 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO LABORAL DE HOMENS E MULHERES (BRASIL - 1991, 2000 E 2010)**



**Fonte:** Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

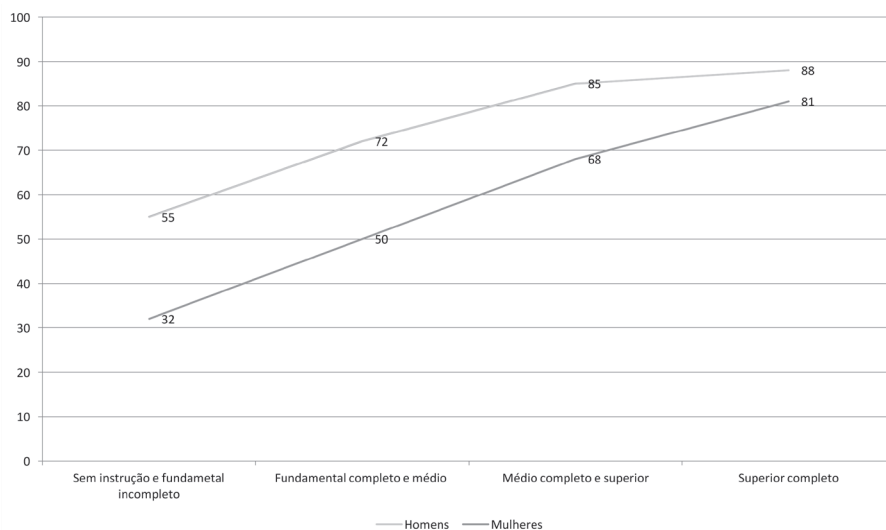
Conforme estudos anteriores já destacaram, é direta a relação entre escolaridade e participação no mercado de trabalho no caso das mulheres (SOARES 2002, BRUSCHINI, 2007). As tendências mais recentes continuam

apontando na direção de que mulheres que estudam mais apresentam maiores taxas de participação no mercado de trabalho. A mudança mais importante refere-se ao padrão masculino, que começa a apresentar esse tipo de diferencial entre homens mais escolarizados e aqueles menos escolarizados.

Os dados do último Censo mostram, como ilustra o gráfico 2, abaixo, que a diferença entre as mulheres que cursaram uma graduação e aquelas sem instrução ou fundamental incompleto chega a ser mais do que o dobro. Entre as primeiras, a taxa de participação laboral chega a 81%, e, entre as segundas, é de apenas 32%. No caso dos homens, essa relação também existe, mas não é tão direta. Nos dois patamares mais altos de escolarização, as taxas são próximas: 85% para aqueles que terminaram o ensino médio e tem o nível universitário incompleto e 88% para os que finalizaram a universidade.

Destacamos também a aproximação do patamar de participação laboral entre homens e mulheres conforme aumenta o nível educacional. Enquanto entre os trabalhadores do segmento menos escolarizado o diferencial fica em 23%, no grupo com nível universitário esta distância cai para 7%. Isso aponta para uma situação análoga entre trabalhadores de mesma escolaridade e distinções importantes dentro dos contingentes femininos e masculinos de trabalhadores.

**GRÁFICO 2 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO LABORAL DE HOMENS E MULHERES SE- GUNDO O ÚLTIMO CURSO CONCLUÍDO (BRASIL - 2010)**



**Fonte:** Censos Demográficos do IBGE de 2010. Elaboração própria.

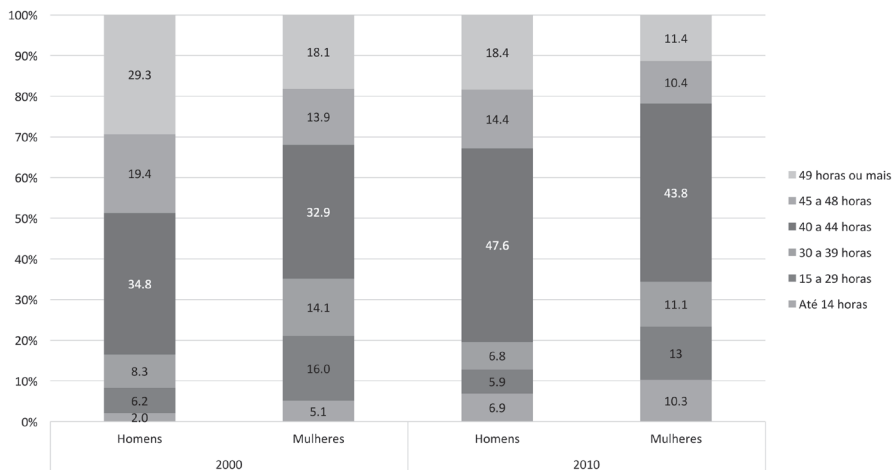
Isso reflete uma divisão sexual do trabalho que penaliza as mulheres de camadas mais pobres da população, pois, enquanto as trabalhadoras mais escolarizadas costumam ter recursos para arcar com creches ou serviços de cuidados de terceiros (o que as libera para o mercado de trabalho), as menos escolarizadas dependem da oferta pública destes serviços para conseguirem trabalhar. Como nem sempre esta oferta atende à grande demanda da população mais pobre, é frequente a opção das mulheres destes segmentos por abandonar o mercado de trabalho, particularmente quando têm filhos pequenos.

Na população de trabalhadores em geral, constatamos uma diferenciação por sexo marcante no que tange à variável *Horas semanais trabalhadas*. O gráfico 3 mostra que, em 2010, há uma concentração tanto de homens (47,6%), quanto de mulheres (43,8%) no grupo de 40 a 44 horas semanais de trabalho. Isso representa um importante aumento do peso relativo deste grupo no período recente, independentemente do sexo do trabalhador.

Apesar da chamada jornada em tempo integral (8 horas por dia em média) ser o padrão para ambos os sexos, vemos que o peso relativo da população feminina nas categorias de 15 a 29 e 30 a 39 horas semanais de trabalho continua sendo maior que o masculino. Somando estas duas categorias, chegamos a 24,1% da força de trabalho feminina que ainda trabalha em tempo parcial. Este tipo de jornada resulta em salários mais baixos, mas permite uma melhor conciliação entre o tempo gasto com trabalho voltado para o mercado e os trabalhos domésticos. Esse padrão refletiria uma divisão sexual do trabalho atenuada, onde os homens se dedicam integralmente ao trabalho voltado para o mercado e as mulheres ainda articulam trabalho no mercado e trabalhos domésticos.

Nesse sentido, destacamos o importante avanço assistido no período de 10 anos, pois o peso do trabalho em tempo parcial cai bastante para as mulheres. Isso é um importante indicativo de que vem se consolidando em nosso país um padrão de dedicação integral das mulheres ao chamado trabalho produtivo. Outra dimensão que pode ser lida como melhora é a queda na proporção de trabalhadores, independentemente do sexo, que têm uma jornada superior ou igual a 49 horas semanais, que representa uma rotina de intensa dedicação ao trabalho e escasso tempo livre para outros afazeres ligados ao lazer ou mesmo dedicação às tarefas com o chamado trabalho reprodutivo ou de cuidado.

**GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO DE HOMENS E MULHERES SEGUNDO A JORNADA DE TRABALHO SEMANAL (BRASIL - 2000 E 2010)**

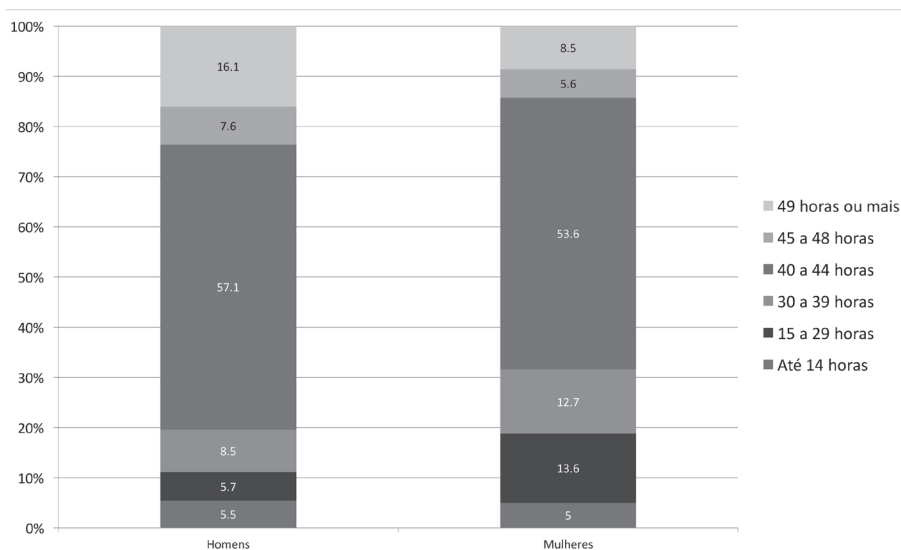


**Fonte:** Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o alto peso relativo destas categorias reflete uma divisão do trabalho ainda desigual, com homens trabalhando mais no mercado e mulheres trabalhando menos no mercado, mas dedicando muito mais tempo às tarefas domésticas que os homens. Deddecca (2004) mostra que o tempo total de trabalho feminino, quando somadas as duas jornadas, é bem maior que o masculino. Diante disso, os constrangimentos que este tipo de trabalho, voltado para a reprodução social, geram para o desempenho feminino no mercado são evidentes.

Novamente, a introdução da variável escolaridade aproxima os padrões de participação laboral entre homens e mulheres de nível universitário e ressalta diferenciações importantes entre trabalhadores do mesmo sexo. O gráfico 4, a seguir, ilustra estas tendências. Além de apresentarem uma maior concentração no trabalho em tempo integral padrão (8 horas diárias, que totalizam 40 horas semanais), tanto homens quanto mulheres deste segmento têm um peso relativo da categoria acima de 44 horas semanais menor que na população como um todo (gráfico 3). Além disso, as categorias que representam tempo parcial têm peso relativo menor. Cabe ressaltar, no entanto, que, mesmo neste contingente mais escolarizado, há uma maior concentração das mulheres nos segmentos de 15 a 29 horas e 30 a 39 horas semanais.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO DE HOMENS E MULHERES COM NÍVEL UNIVERSITÁRIO SEGUNDO A JORNADA DE TRABALHO SEMANAL (BRASIL - 2010)



Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 2010. Elaboração própria.

### Segmentação feminina e diferenciais salariais: algumas mudanças em curso

Uma variável fundamental que reflete o lugar menos privilegiado das mulheres é a *Posição na ocupação*. Ao confrontarmos o peso relativo de cada categoria no grupo de homens e mulheres, distinções importantes aparecem. Em primeiro lugar, o patamar próximo da categoria *empregados com carteira de trabalho assinada* mostra que os recentes avanços do país no sentido de formalizar os vínculos empregatícios beneficiaram os trabalhadores como um todo (cerca de 45% da força de trabalho em ambos os sexos). Por outro lado, a maior concentração das mulheres nas categorias menos valorizadas, *empregados sem carteira de trabalho assinada* (23,3%), *não remunerados* (2,5%) e *trabalhadores na produção para o próprio consumo* (4,1%) evidenciam o fato de a inserção feminina continuar sendo mais vulnerabilizada. De forma contrária, as categorias *conta própria* (24,5%) e *empregadores* (2,3%) assume maior peso relativo no contingente de trabalhadores homens.

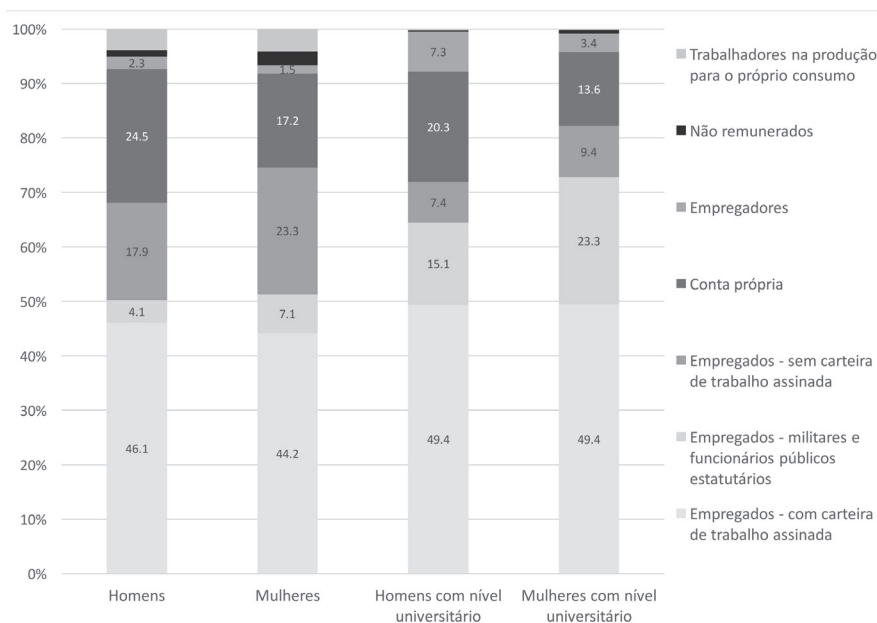
Distinções importantes aparecem quando analisamos apenas a população de nível universitário. Aumenta consideravelmente o peso das seguintes categorias: *empregadores* (onde o diferencial por sexo continua alto); *empregados com carteira de trabalho assinada* (peso relativo idêntico, 49,4%, para ambos os sexos); *empregados militares e funcionários públicos estatutários* (neste caso,



o peso feminino continua mais alto que o masculino, sendo 23,3% e 15,1% respectivamente). Além desta última, outra categoria nas quais um grande diferencial por sexo se destaca é a dos trabalhadores por conta própria, onde o peso masculino (20,3%) é maior que o feminino (13,6%).

A diferenciação entre homens e mulheres nas categorias *Conta própria* (concentração masculina) e *Empregados - militares e funcionários públicos* (concentração feminina) releva estratégias distintas no mercado de trabalho. Enquanto no primeiro caso trata-se de um tipo de emprego marcado simultaneamente por risco e autoempreendedorismo, no segundo, há uma marca de previsibilidade e segurança – atributos historicamente valorizados pelas mulheres no mercado de trabalho<sup>1</sup>, mesmo quando essa estratégia implica postos com patamares salariais um pouco menores que na iniciativa privada em algumas carreiras.

**GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO TRABALHADORA POR SEXO E SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO (BRASIL- 2010)**



**Fonte:** Censo Demográfico do IBGE de 2010. Elaboração própria.

<sup>1</sup> Diante da preocupação das mulheres com os ônus na vida laboral, ocasionados pelo nascimento de filhos, o emprego público torna-se atraente em função da segurança e menores constrangimentos nas situações que envolvem trabalho reprodutivo.

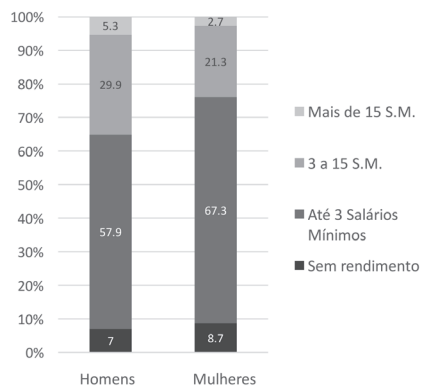
A dimensão que materializa os grandes *gaps* existentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho são os diferenciais salariais que evoluem lentamente ao longo do tempo (GUEDES, 2010). A fim de melhor visualizar a distribuição de homens e mulheres segundo estratos de rendimentos, dividimos o contingente de trabalhadores em três grandes grupos: até 3 salários mínimos; de 3 a 15 salários mínimos e 15 ou mais salários mínimos.

A comparação entre 2000 e 2010 mostra que houve uma maior concentração de todos os trabalhadores, independentemente do sexo, na categoria *até 3 salários mínimos* e uma diminuição do peso relativo dos demais estratos de rendimento. Isso pode refletir o crescimento do valor do salário mínimo ao longo do período, bastante superior ao nível da inflação. Desse modo, o dado não reflete diminuição do poder de compra, mas a melhora da situação para os trabalhadores da base da pirâmide salarial. Esse avanço também é observado na diminuição do peso relativo dos trabalhadores *sem rendimento*, categoria mais vulnerabilizada. Nesse grupo, destacamos que as mulheres tiveram uma queda menor que a masculina e continuam mais concentradas neste segmento que os homens, com 5,8% e 7,7%, respectivamente. No topo da pirâmide, os homens continuam apresentando maior concentração nos estratos superiores (2,1% contra 1% das mulheres no segmento que recebe *mais de 15 salários mínimos* e 20,3% contra 13,6% das mulheres que recebem entre 3 e 15 salários mínimos).

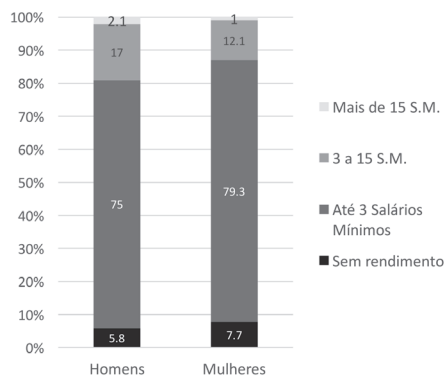
Em linhas gerais, vemos que a distribuição é semelhante para os dois períodos, sendo o peso dos homens maior no estrato superior, enquanto o das mulheres é maior no inferior. As desigualdades salariais encontradas refletem, sobretudo, a segmentação das mulheres em ocupações tipicamente femininas, que são marcadas por salários inferiores, mesmo quando comparamos trabalhadores com a mesma escolaridade.

**GRÁFICOS 6 E 7 - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E SEGUNDO ESTRATOS DE RENDIMENTO DE TODOS OS TRABALHOS (BRASIL, 2000 E 2010)**

2000



2010



**Fonte:** Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010

\* O valor de referência do Salário Mínimo no momento da pesquisa foi 151 reais em 2000 e 510 reais em 2010. Elaboração própria.

Nesse sentido, é revelador analisar a distribuição relativa de homens e mulheres na variável *Grandes grupos de ocupação no trabalho principal* no último Censo. Os maiores diferenciais encontrados são o alto peso relativo das mulheres nas categorias de *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados* (21,42%) e *Profissionais das ciências e intelectuais* (13,84%), ambas com quase o dobro do peso relativo observado na população masculina. Por outro lado, os homens apresentam maior concentração nas categorias *Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros serviços* (17,7%) e *Operadores de instalações e máquinas e montadores* (10,7%). Esse quadro sugere uma permanência do padrão de segmentação feminina no setor de serviços e em ocupações que reproduzem as tarefas ligadas ao cuidado voltadas para o mercado de trabalho.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS TRABALHADORES POR SEXO E SEGUNDO EM GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL (BRASIL-2010)

	Homens	Mulheres
<b>Diretores e gerentes</b>	4,2	3,5
<b>Profissionais das ciências e intelectuais</b>	6,9	13,8
<b>Técnicos e profissionais de nível médio</b>	6,8	5,9
<b>Trabalhadores de apoio administrativo</b>	4,4	10,4
<b>Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados</b>	13,2	21,4
<b>Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca</b>	10,3	6,3
<b>Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios</b>	17,7	2,7
<b>Operadores de instalações e maquinas e montadores</b>	10,7	4,5
<b>Ocupações elementares</b>	17,3	24,0
<b>Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares</b>	0,9	0,1
<b>Ocupações mal definidas</b>	7,6	7,4

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Em relação aos dados observados na mesma variável em 2000, percebemos que havia uma distribuição bastante semelhante, com exceção da categoria *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados*, na qual as mulheres estavam mais concentradas com 44,9%, enquanto os homens eram 20,3%<sup>2</sup>.

Muitas das desigualdades entre homens e mulheres aqui analisadas são influenciadas diretamente pelo enorme peso do trabalho doméstico remunerado dentro do contingente feminino. A tabela 2, a seguir, apresenta o peso relativo deste tipo de ocupação na população de trabalhadores por sexo. Percebemos que a proporção de homens que desempenham este tipo de ativi-

<sup>2</sup> É importante salientar que as opções de respostas mudaram de um Censo Demográfico para outro. Nesta categoria não houve mudança, mas é possível que a inclusão ou retirada de outras tenha também influenciado esta queda tão acentuada do peso feminino neste tipo de ocupação do Censo de 2000 para o de 2010.

dade é bastante baixa em 2000 (0,9%) e permanece exatamente no mesmo patamar em 2010. Entre as mulheres, no entanto, este peso relativo é alto: 18,8%, em 2000 (se somarmos as empregadas com e sem carteira de trabalho assinada) e passa a 15,1%, em 2010. Essa queda representa um avanço, particularmente se considerarmos que a categoria *sem carteira assinada* foi a que mais diminuiu seu peso relativo no contingente de trabalhadoras. Em linhas gerais, podemos afirmar que menos mulheres são empregadas domésticas e que, entre as que permanecem nesta ocupação, as condições se tornaram melhores ao longo do período analisado.

**TABELA 2 – PESO RELATIVO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA POPULAÇÃO DE TRABALHADORES HOMENS E MULHERES (BRASIL – 2000 E 2010)**

	2000		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Empregados - trabalhadores domésticos - com carteira de trabalho assinada</b>	0,4	5,4	0,4	5
<b>Empregados - trabalhadores domésticos - sem carteira de trabalho assinada</b>	0,5	13,4	0,5	10,1

Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010. Elaboração própria.

Apesar da diminuição na proporção de mulheres que se dedicam ao emprego doméstico remunerado, permanece o padrão de inserção das mulheres nos postos menos valorizados do mercado. Isso se reflete no maior peso relativo dos empregos em tempo parcial, nas posições mais vulnerabilizadas, particularmente aquelas sem rendimento ou sem carteira de trabalho assinada, nos salários mais baixos e na segmentação em nichos menos valorizados no mercado de trabalho.

### **Considerações Finais**

As recentes mudanças observadas no mercado de trabalho brasileiro através do quadro traçado refletem um avanço na divisão sexual do trabalho no que tange à presença feminina no mundo público. Isso se reflete tanto nas distribuições de horas semanais trabalhadas (aumento do trabalho em tempo inte-

gral), quanto na variável *Posição na ocupação* (aumento da concentração feminina em categorias mais valorizadas). Em relação aos diferenciais salariais, no entanto, percebemos um avanço muito lento que pode refletir a permanência de um padrão ainda segmentado, no qual se configuram ocupações tipicamente femininas e masculinas. Apesar de assistirmos aos avanços de uma reduzida parcela de mulheres, a ampla maioria das trabalhadoras continua refém de relações sociais que ainda pensam a família como principal instituição de cuidado. Diante disso, vem ganhando relevância no cenário de envelhecimento populacional um debate sobre o chamado trabalho reprodutivo que amplie o foco para além dos trabalhos ligados aos filhos – vastamente analisados pela literatura – e abarque também os cuidados com idosos e enfermos.

O aprofundamento de análises que privilegiem a chamada consubstancialidade, destacada por Kergoat (2010) como a relação não mecânica de práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho nas dimensões de classe, gênero e raça entendidas de forma relacional, é fundamental para a compreensão das dinâmicas aqui analisadas.

Nesse sentido, a reflexão produzida no campo dos estudos de gênero e mercado de trabalho desenvolveu, historicamente, um papel fundamental ao demandar políticas públicas que pensem o trabalho voltado para o mercado de forma diretamente articulada ao trabalho não remunerado e invisível desenvolvido na esfera doméstica da vida social. Isso implica uma reflexão acerca dos direitos de cada indivíduo para além dos papéis engendrados na família.

## **Referências**

- BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Seminário Internacional Gênero e Trabalho (MAGE/ FCC), 2007.
- DEDDECCA, Claudio et al. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, Albertina et al (org). **Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- GUEDES, Moema de Castro. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 8, n. 1, 2010.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos**, n. 86, CEBRAP, março de 2010.
- HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. In: **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: SPM, 2010.

SOARES, S; ISAKI, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho.**  
SEMINÁRIOS DIMAC. Brasília: IPEA, N. 127, 2002.

Recebido em setembro de 2015

Aprovado em outubro de 2015